



Dezembro/2014

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

### Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Administrativa Especialidade: Administração

Nome do Candidato

Caderno de Prova '03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA OBJETIVA

## Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que tivesse as populações indígenas como objeto. As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa e menos ambígua do que seja a política indigenista.

Primeiramente temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações. O amadurecimento progressivo do movimento indígena desde a década de 1970, e o conseqüente crescimento no número e diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, sugere uma primeira distinção no campo indigenista: a “política indígena”, aquela protagonizada pelos próprios índios, não se confunde com a política indigenista e nem a ela está submetida. Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.

Numa segunda distinção, encontramos outros segmentos que interagem com os povos indígenas e que também, como eles, têm aumentado sua participação na formulação e execução de políticas indigenistas, antes atribuídas exclusivamente ao Estado brasileiro. Nesse conjunto encontramos principalmente as organizações não governamentais. Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas em diversos campos de atuação.

Contemporaneamente, portanto, temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial (formulada e executada pelo Estado) tem sido formulada e implementada a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas, organizações não governamentais e missões religiosas.

(Disponível em: [pib.socioambiental.org](http://pib.socioambiental.org). Acesso em 03/10/14. Com adaptações)

1. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a distinção entre a política indigenista e a política indígena está centrada no fato de que a primeira é implementada pelo Estado enquanto a segunda é colocada em prática pelos próprios índios.
  - (B) a expressão política indigenista deixou de ser apropriada na medida em que uma diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, passou a prevalecer sobre as práticas governamentais.
  - (C) a tentativa de estabelecer uma definição menos ambígua do que seja a política indigenista mostrou-se inconclusa, dada a complexidade da situação atual em que a política indígena tem sido formulada.
  - (D) os povos indígenas amadureceram nas últimas décadas, o que fez com que demandas antigas do movimento indígena, aquelas protagonizada[s] pelos próprios índios, fossem abandonadas.
  - (E) os agentes não indígenas, apesar dos avanços atingidos desde a década de 1970, deixaram de pôr em prática diversos projetos que tratavam de interesses específicos dos índios, nos vários setores em que atuam.

2. Mantendo-se a correção, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está sublinhado em
- (A) ... que interagem com os povos indígenas... (3º parágrafo)
  - (B) As diversas mudanças no campo do indigenismo [...] exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa... (1º parágrafo)
  - (C) ...boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação... (2º parágrafo)
  - (D) ...têm aumentado sua participação na formulação... (3º parágrafo)
  - (E) Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas ... (3º parágrafo)

3. Considere as afirmações:
- I. O pronome destacado em ...e **que** também... (3º parágrafo) refere-se a outros segmentos.
  - II. Ambos os pronomes *aquela* e *ela* (2º parágrafo) referem-se à expressão “política indígena”.
  - III. O pronome destacado em ...**como eles**, **têm** aumentado... (3º parágrafo) refere-se a povos indígenas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

4. A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva sintética, a forma verbal resultante será

- (A) utilizaram-se.
- (B) utiliza-se.
- (C) utilizaram.
- (D) utilizou-se.
- (E) utilizamos.

5. Mantendo-se a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, substitui-se corretamente

- (A) “Entretanto” por “Embora” em *Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm...* (2º parágrafo)
- (B) “no entanto” por “todavia” em *As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos...* (1º parágrafo)
- (C) “portanto” por “por certo” em *Contemporaneamente, portanto, temos...* (4º parágrafo)
- (D) “no qual” por “cuja” em *temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial...* (4º parágrafo)
- (E) “a partir de” por “acerca de” em *a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas...* (4º parágrafo)



6. A frase que se mantém correta após a inserção de uma ou mais vírgulas, sem prejuízo do sentido original, está em:
- (A) *Entretanto, boa parte das organizações, e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.*
- (B) *A expressão "política indigenista" foi utilizada, por muito tempo, como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental, que tivesse as populações indígenas como objeto.*
- (C) *Nesse conjunto, encontramos, principalmente as organizações não governamentais.*
- (D) *Somam-se a este universo de agentes não indígenas, as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas, em diversos campos de atuação.*
- (E) *Primeiramente, temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações.*

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 18.

*Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais, seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história. Apesar das mudanças, um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis –, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando em uma das mãos uma balança e na outra uma espada. Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo. Poucos deixariam de reconhecer na imagem o símbolo da justiça.*

*A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias. Tanto os direitos quanto a justiça sofreram grandes transformações.*

*A moderna ideia de justiça e de direito é inerente ao conceito de indivíduo, um ente que tem valor em si mesmo, dotado de direitos naturais. Tal doutrina se contrapõe a uma concepção orgânica, segundo a qual a sociedade é um todo.*

*A liberdade, nesse novo paradigma, deixa de ser uma concessão ou uma característica de uma camada social e converte-se em um atributo do próprio homem.*

*A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma. O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social, mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos.*

*Da igualdade nos direitos naturais derivava-se não só a liberdade, mas também as possibilidades de questionar a desigualdade entre os indivíduos, de definir o tipo de organização social e o direito à resistência. Toda e qualquer desigualdade passa a ser entendida como uma desigualdade provocada pelo arranjo social. Nesse paradigma, a sociedade e o Estado não são fenômenos dados, mas engendrados pelo homem. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas. À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real.*

*Nesse novo contexto, modifica-se o perfil do poder público. O judiciário, segundo tais parâmetros, representa uma força de emancipação. É a instituição pública encarregada, por excelência, de fazer com que os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta. Assim, os supostos da modernidade, particularmente a liberdade e a igualdade, dependem, para se materializarem, da força do Judiciário, de um lado, e do acesso à justiça, das possibilidades reais de se ingressar em tribunais, de outro.*

*Para terminar, volto à deusa Têmis, que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares. Naquele tempo, como hoje, duas armas se enfrentam: a violência, que destrói e vive da desigualdade, e a lei, que constrói e busca a igualdade.*

(Adaptado de SADEK, Maria Tereza Aina. "Justiça e direitos: a construção da igualdade". In: Agenda Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2011, p. 326-333.)

7. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) o direito à felicidade e à liberdade, embora constitutivos do homem, foram formalmente usurpados na modernidade, a despeito do fato de que durante a Antiguidade tais direitos eram compreendidos como inerentes ao corpo social.
- (B) dada a persistência da imagem da deusa Têmis como símbolo da justiça ao longo dos séculos, ocorreram transformações importantes nos direitos do homem da Antiguidade grega até os dias de hoje.
- (C) a evocação da batalha da deusa Têmis contra o deus Ares vem corroborar uma das ideias defendidas no texto, qual seja, a de que, para se materializar, na atualidade a justiça deve ser um instrumento de combate à desigualdade social.
- (D) o judiciário, cuja função na modernidade é consolidar equanimemente as demandas de diversos grupos sociais, configura-se como a instituição encarregada de fazer com que os princípios da liberdade e da igualdade subsistam na realidade concreta.
- (E) a sociedade orgânica, na qual a liberdade individual era restrita a alguns estratos sociais, paradoxalmente resultou no fortalecimento de movimentos sociais segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deveria ser igual para todos os indivíduos.

8. Identifica-se uma causa e seu efeito, respectivamente, nos segmentos que se encontram em:

- (A) *A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem / implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma.*
- (B) *Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais / seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história.*
- (C) *Apesar das mudanças / um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis ...*
- (D) *À lei igual para todos / incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual.*
- (E) *... para cumprir suas funções / deve ser desigual para indivíduos ...*



<p>9. De acordo com o texto, a noção de que a sociedade não é “um fenômeno dado” deve-se, entre outras razões,</p> <p>(A) à força emancipatória de movimentos sociais originados na Antiguidade.</p> <p>(B) à crença de que os direitos do homem são inerentes ao próprio homem.</p> <p>(C) à possibilidade concreta de todo cidadão comum ingressar em tribunais.</p> <p>(D) ao fato de que a felicidade coletiva passou a ser vista como um direito social.</p> <p>(E) ao malogro dos dispositivos sociais para extinguir a desigualdade.</p>	<p>14. A respeito da pontuação do texto, considere:</p> <p>I. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após <i>lei</i>, no segmento <i>À lei igual para todos</i> (6º parágrafo).</p> <p>II. Mantendo-se a correção e o sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto é: <i>um símbolo atravessou os séculos: a deusa Têmis, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando, em uma das mãos, uma balança e, na outra, uma espada...</i> (1º parágrafo).</p> <p>III. Sem prejuízo da correção, a vírgula empregada imediatamente após <i>individual</i>, no segmento <i>...mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos</i>, pode ser suprimida. (5º parágrafo)</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>10. <i>Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica...</i></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima encontra-se sublinhado em:</p> <p>(A) <i>Poucos deixariam de reconhecer na imagem...</i></p> <p>(B) <i>Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo.</i></p> <p>(C) <i>...e converte-se em um atributo do próprio homem.</i></p> <p>(D) <i>... para se materializarem...</i></p> <p>(E) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares.</i></p>	<p>15. <i>...os supostos da modernidade (...) dependem, para se materializarem, da força do Judiciário...</i></p> <p>O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento que o sublinhado acima está empregado em:</p> <p>(A) <i>...os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta.</i></p> <p>(B) <i>...carregando em uma das mãos uma balança...</i></p> <p>(C) <i>O justo não é mais correspondente à função...</i></p> <p>(D) <i>... e vive da desigualdade...</i></p> <p>(E) <i>... que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias.</i></p>
<p>11. Sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em:</p> <p>(A) <i>O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social...</i> (atividades exercidas)</p> <p>(B) <i>À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que...</i> (integra-se)</p> <p>(C) <i>...e o direito à resistência.</i> (resistir)</p> <p>(D) <i>...e do acesso à justiça...</i> (tribunais)</p> <p>(E) <i>Para terminar, volto à deusa Têmis...</i> (evoco)</p>	<p>16. Identifica-se ideia de <b>comparação</b> no segmento que se encontra em:</p> <p>(A) <i>Assim, os supostos da modernidade...</i></p> <p>(B) <i>... não só a liberdade, mas também as possibilidades de...</i></p> <p>(C) <i>Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos...</i></p> <p>(D) <i>A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças...</i></p> <p>(E) <i>... para indivíduos que são desiguais na vida real.</i></p>
<p>12. <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra...</i> <i>...questionar a desigualdade entre os indivíduos...</i> <i>...um símbolo atravessou os séculos...</i></p> <p>Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:</p> <p>(A) o enfrentava – questionar-lhe – atravessou-lhes</p> <p>(B) enfrentava-lhe – a questionar – os atravessou</p> <p>(C) lhe enfrentava – a questionar – lhes atravessou</p> <p>(D) o enfrentava – questioná-la – atravessou-os</p> <p>(E) enfrentava-lhe – questioná-la – os atravessou</p>	<p>17. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em</p> <p>(A) <i>...imponente figura feminina...</i> (1º parágrafo)</p> <p>(B) <i>...particularmente a liberdade e a igualdade...</i> (7º parágrafo)</p> <p>(C) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra...</i> (8º parágrafo)</p> <p>(D) <i>... que constrói e busca a igualdade.</i> (8º parágrafo)</p> <p>(E) <i>...que tem valor em si mesmo...</i> (3º parágrafo)</p>
<p>13. <i>A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas.</i></p> <p>O item sublinhado acima estabelece no contexto noção de</p> <p>(A) conclusão.</p> <p>(B) finalidade.</p> <p>(C) causa.</p> <p>(D) temporalidade.</p> <p>(E) concessão.</p>	



18. Está correta a **redação** do comentário que se encontra em
- (A) Historicamente, o processo de ampliação dos direitos que compõe a cidadania representou uma redução nos níveis de exclusão social.
- (B) Perante a lei, todos usufruem de igual direito à segurança, à propriedade, à não ser condenado sem o devido processo legal etc.
- (C) Um dos mais importantes efeitos da incorporação de direitos na sociedade é a redução da distância entre indivíduos.
- (D) Concebida nos séculos XVII e XVIII, a doutrina dos direitos dos homens amalga-se à declaração de independência dos Estados Unidos.
- (E) Os direitos sociais tem por objetivo um padrão mínimo de igualdade no que se referem ao usufruto dos bens coletivos.

#### Noções de Direito Constitucional

19. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato que depende de autorização do Poder Público na forma da lei, inclusive no que se refere ao registro no órgão competente.
- (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (C) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, desde que não exista contribuição análoga prevista em lei para a categoria.
- (D) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

20. A teor do art. 70 da Constituição Federal: *Prestará contas qualquer pessoa .I., que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre .II. ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.*

Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) *jurídica pública – dinheiros e bens públicos*
- (B) *física ou jurídica, pública ou privada – bens e valores públicos*
- (C) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros e bens públicos*
- (D) *jurídica pública – bens e valores públicos*
- (E) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros, bens e valores públicos*

21. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- II. decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- III. celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22. Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro há um Tribunal

- (A) Regional do Trabalho em cada Estado.
- (B) Regional Federal em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (C) Regional Eleitoral em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (D) de Justiça organizado e mantido pela União para o Distrito Federal e Territórios.
- (E) de Justiça Militar em cada Estado da Federação com mais de duzentos mil habitantes.

#### Noções de Direito Administrativo

23. Quando se afirma que determinado ato administrativo regularmente editado e válido é dotado do atributo da autoexecutoriedade, significa que
- (A) seu cumprimento é obrigatório, constituindo expressão do poder de império da Administração, o que obsta questionamentos por parte dos administrados.
- (B) sua execução somente pode ser questionada na esfera judicial, vedado o estabelecimento de contraditório na esfera administrativa.
- (C) a Administração pública o editou com base em ato normativo de competência do Executivo, diante da ausência de previsão legal a respeito do assunto.
- (D) sua execução material pode ser colocada em prática pela própria Administração pública, independentemente de prévia autorização ou determinação judicial.
- (E) sua exigibilidade decorre do próprio ato, ressalvada a execução material, que depende de prévia provocação do Poder Judiciário.



<p>24. Determinado órgão público celebrou contrato de locação de imóvel para instalar sua repartição em Tartarugalzinho. O locador exigiu que o prazo de vigência fosse fixado em 60 (sessenta) meses, na forma do que dispõe a legislação civil aplicável. O administrador, contudo, inicialmente não acatou o pedido, recordando-se da norma contida na Lei nº 8.666/93 que limita a duração dos contratos à vigência dos créditos orçamentários. A preocupação do administrador, invocando a referida norma,</p> <p>(A) procede, tendo em vista que os contratos celebrados pela Administração pública não podem exceder a vigência dos créditos orçamentários.</p> <p>(B) não procede, na medida em que a lei de licitações excepcionou as locações da incidência da norma que limita o prazo de vigência dos contratos.</p> <p>(C) não procede, sendo necessário, todavia, prévia e expressa autorização normativa para a aprovação de prazo superior ao estabelecido pela Lei nº 8.666/93.</p> <p>(D) procede, tendo em vista que os contratos administrativos não podem exceder o exercício e a vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo diante da demonstração de interesse público e da inexistência de prejuízo.</p> <p>(E) não procede, tendo em vista que se trata de contrato administrativo de execução continuada, para os quais não se aplica a limitação de vigência à qual aludiu o administrador.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Resolução nº 006/2003 – TJAP</b></p> <p>27. A Secção Única e a Câmara Única fazem parte da organização e funcionamento do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP e são presididas pelo</p> <p>(A) Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(B) Vice-Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(C) Corregedor-Geral do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(D) Presidente do Conselho da Magistratura do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(E) Presidente do Conselho Superior dos Juizados Especiais ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p>
<p>25. Diante da assunção de nova gestão ao Governo Estadual, foi regularmente criada uma Secretaria de Estado voltada as questões de natureza agrária e fundiária, com vistas, em especial, ao equacionamento de conflitos. Para composição do quadro de servidores que atuarão no órgão, a Administração pública, considerando as alternativas juridicamente possíveis,</p> <p>(A) poderá constituir o órgão integralmente por cargos de confiança em comissão, de livre nomeação e exoneração, independentemente da natureza das atividades a serem desenvolvidas.</p> <p>(B) poderá realizar concurso público para provimento de cargos comissionados ou empregos públicos.</p> <p>(C) deverá realizar concurso público para provimento de servidores públicos estatutários em cargos efetivos.</p> <p>(D) deverá realizar concurso público para seleção de empregados estatutários, submetidos a regime próprio de previdência.</p> <p>(E) poderá realizar concurso para provimento de cargos efetivos, reduzindo-se o período de estágio probatório em razão de se tratar de órgão novo.</p>	<p>28. A competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança e <i>habeas data</i>, quando a autoridade informante for Juiz de Direito, é</p> <p>(A) do Plenário do Tribunal.</p> <p>(B) da Câmara Única do Tribunal.</p> <p>(C) da Secção Única do Tribunal.</p> <p>(D) do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) do Corregedor-Geral do Tribunal.</p>
<p>26. Joaquim é diretor de uma empreiteira, tendo sido apurado em regular investigação que ele vinha gratificando servidores públicos para obtenção de informações privilegiadas que viabilizavam o sucesso da empresa nas licitações das quais participava. Diante desse quadro, especificamente no que se refere à atuação de Joaquim,</p> <p>(A) pode haver responsabilização por ato de improbidade, independentemente de imputação em outras esferas, tendo em vista que se equipara a agente público para os fins legais.</p> <p>(B) pode haver responsabilização por infração penal que, pela gravidade, absorve todos os demais ilícitos praticados.</p> <p>(C) não pode haver responsabilização por ato de improbidade, tendo em vista que seu cargo não se equipara a agente público para fins legais, não obstante possa haver imputação de ilícito em outras esferas.</p> <p>(D) não pode ser responsabilizado, na medida em que somente a servidores públicos pode ser imputada a prática de ato de improbidade, durante o desenvolvimento de procedimentos regidos pelo direito público.</p> <p>(E) pode haver responsabilização por improbidade que, se procedente, vinculará a condenação em todas as demais esferas.</p>	<p>29. Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de</p> <p>(A) questão de ordem.</p> <p>(B) revisão criminal.</p> <p>(C) embargos infringentes.</p> <p>(D) apelação cível.</p> <p>(E) ação rescisória.</p> <p>30. Na ocorrência de inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal de qualquer dos Poderes, inclusive na Administração indireta, que torne inviável o exercício de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, caberá</p> <p>(A) suscitação de conflito de competência.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) <i>habeas data</i>.</p> <p>(D) ação rescisória.</p> <p>(E) mandado de injunção.</p>



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Gestão Pública**

31. Considere os tipos de departamentalização e as características na tabela abaixo.

	Tipos de Departamentalização		Características
A	por Produtos ou Serviços	I	Exemplos na Administração pública seriam as instituições que cuidam do menor, do índio, dos imigrantes, ex-combatentes etc.
B	por Funções ou Funcional	II	Implica a utilização de pessoal de alta qualificação técnica em virtude das exigentes demandas. Quebra o princípio de Fayol sobre unidade de comando.
C	por Clientes ou Clientela	III	Fixa a responsabilidade por resultados, porém tem como desvantagem a concentração de poder em determinados gestores.
D	por Projetos	IV	Têm como vantagens maior especialização do trabalho, maior satisfação das pessoas, maior concentração e utilização dos recursos especializados.

A correta correlação entre o tipo de departamentalização e suas características consta em

- (A) A-I; B-II; C-III; D-IV.  
 (B) A-IV; B-III; C-II; D-I.  
 (C) A-III; B-IV; C-I; D-II.  
 (D) A-II; B-IV; C-I; D-III.  
 (E) A-II; B-IV; C-III; D-I.

32. Sobre as barreiras da Comunicação Interna é INCORRETO afirmar:

- (A) A presença de grupos multidisciplinares que trabalham as informações nas organizações é uma barreira para a gestão da comunicação interna.  
 (B) As barreiras administrativas ocorrem quando a empresa processa suas informações considerando a distância física, grupos com diferentes culturas, relações de poder etc.  
 (C) As barreiras pessoais referem-se à personalidade de cada comunicador, seu estado de espírito, suas emoções, seus valores e na forma como se comporta dentro de determinado contexto.  
 (D) A sobrecarga de informações caracteriza uma barreira na comunicação, uma vez que há um limite de atenção cerebral.  
 (E) O meio mais rico de comunicação é o face a face, caracterizado pela riqueza das expressões adicionais.

33. A Comunicação Interna utilizada na gestão organizacional é caracterizada por

- (A) utilizar como veículos relatórios, circulares, boletins, folhas soltas, folhetos completos, folders, jornais, revistas, manuais de instrução e apostilas.  
 (B) responder por planejamento e execução de campanhas de opinião pública.  
 (C) utilizar conceitos de segmentação de mercado, de pesquisa de consumidores, de configuração de ideias, de comunicação, de facilitação de incentivos e a teoria da troca, a fim de maximizar a reação do grupo-alvo.  
 (D) ter como uma das suas atribuições a organização e a constante atualização de um *mailing-list* (relação de veículos de comunicação, com nomes de diretores e editores, endereço, telefone, fax e *e-mail*).  
 (E) não fazer parte da Comunicação Organizacional.

34. O comprometimento com patamares crescentes de desempenho excelente é uma exigência gerencial contemporânea. Requer preparação e torna o gestor público responsável pelo êxito do programa. Nesse sentido, considere:

- I. O foco da gestão do desempenho atual desloca-se da mensuração contínua do desempenho para os aspectos instrumentais, dos fatores genéricos e burocráticos para a sustentação do processo, do indivíduo para a equipe.  
 II. O desempenho não é o aspecto crítico central na tomada de decisão vinculada ao gerenciamento de pessoas.  
 III. O diagnóstico da situação atual constitui-se numa fonte de informação relevante à definição de objetivos, resultados e metas, permitindo identificar os problemas de desempenho vigente.  
 IV. A ausência do gerenciamento da convergência de esforços estimula a competição.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.  
 (B) I e III.  
 (C) III e IV.  
 (D) II e IV.  
 (E) I, II e III.



35. No processo de Gestão da Estratégia do Poder Judiciário brasileiro, genericamente há três elementos gerenciais: Ciclo de Gestão da Operação, Gestão de Projetos e de Aprendizado Estratégico. É correto afirmar que o Ciclo de
- (A) Gestão de Aprendizado diz respeito ao planejamento, organização, liderança e avaliação das operações.
  - (B) Gestão da Operação estabelece os processos de comunicação e de alinhamento estratégico periódicos entre CNJ e demais Conselhos e Tribunais Superiores de segmentos de justiça, evitando-se conflitos entre as diretrizes estratégicas destinadas às URs.
  - (C) Gestão de Projetos diz respeito a gerenciamentos dos processos das operações do Tribunal.
  - (D) Gestão da Operação diz respeito ao planejamento, organização, liderança e avaliação da execução da carteira de projetos necessários à implementação de uma dada estratégia (ou, à entrega de uma missão).
  - (E) de Aprendizado Estratégico diz respeito à avaliação da execução da estratégia escolhida pela organização (ou, à entrega de sua missão).

36. Uma das ferramentas de gestão utilizadas pelo Poder Judiciário é o *Balanced ScoreCard* – BSC. Sobre as características desta ferramenta é INCORRETO afirmar que
- (A) possui como componentes: objetivos estratégicos, indicadores-chave de desempenho, metas de longo prazo e plano de ação.
  - (B) é base para as Reuniões de Análises Estratégicas (RAE) do Poder Judiciário.
  - (C) é aplicado na gestão pública por meio dos mapas estratégicos que estabelecem foco, prioridade e eficiência dos programas estratégicos.
  - (D) é destinada a avaliar se a estratégia concebida pela organização está coerente com a estrutura organizacional.
  - (E) estabelece a necessária vinculação entre os planos estratégicos, táticos e operacionais.

37. Determinada instituição pública vem enfrentando dificuldades na gestão, gerando desperdício e insatisfação aos seus clientes. Decidiu, então, adotar a Gestão por Processos que
- (A) desenvolve nos empregados que realizam atividades constantes nos processos mapeados a visão ou pensamento sistêmico.
  - (B) favorece o trabalho por especialidade, pois o foco é funcional.
  - (C) tem como foco o cliente interno e usa a tecnologia da informação para gerar um *downsizing*, eliminando burocracias desnecessárias.
  - (D) conta com 4 tipos de processos: os primários (ou de negócio); os administrativos; os de suporte; os gerenciais.
  - (E) utiliza o organograma como uma ferramenta para demonstrar o mapeamento dos processos e com isso permitir a visualização de melhorias.

38. A Gestão por Processos possui etapas e utiliza métodos. Considere a tabela abaixo.

	Etapas		Métodos
A	Inventário dos processos existentes	I	utiliza métodos de identificação, análise e resolução de problemas
B	Definição e priorização dos processos de negócio	II	utiliza formulários padronizados, fluxos e entrevistas com clientes do processo
C	Planos de Melhoria dos processos	III	estabelece a correlação com a missão da empresa
D	Monitoramento dos processos	IV	utiliza indicadores de processos contemplando metas específicas

A correta correlação entre as etapas e os métodos constam em

- (A) A-I; B-III; C-IV; D-II.
  - (B) A-II; B-III; C-I; D-IV.
  - (C) A-II; B-IV; C-I; D-III.
  - (D) A-IV; B-II; C-III; D-I.
  - (E) A-III; B-IV; C-II; D-I.
39. Os desafios de um gerente de projetos do setor público, são, dentre outros,
- I. a Gestão de Pessoas, utilizando como estratégia o diálogo eficaz sobre os objetivos, métodos e técnicas dos projetos para se alcançar os resultados almejados.
  - II. o uso de práticas tradicionais de gerenciamento, considerando que o gerenciamento de projetos é o mesmo que controlar o gasto público.
  - III. a diferença entre o papel do administrador, que quebra paradigmas e usa seus conhecimentos para obter resultados contínuos, e o gestor que apenas cumpre os anseios do legislador, porque não tem a mesma autonomia do administrador.
  - IV. a inexistência da cultura de gerenciamento de projetos, traduzida pela ausência de cobranças dos servidores, não cumprimento de prazos e baixa efetividade dos projetos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.



40. A gestão da qualidade nos serviços públicos passa por conceitos de grandes estudiosos, tais como
- I. Ishikawa, criador do Diagrama Causa e Efeito, do Círculo da Qualidade e do PDCA.
  - II. Juran, desenvolvedor da Trilogia de ênfase na qualidade: do projeto; de conformidade; do serviço de campo.
  - III. Deming, que introduziu a estatística no controle da qualidade com uso das técnicas de Shewhart.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) III, apenas.
  - (D) I, apenas.
  - (E) I, II e III.
- 
- Noções de Orçamento Público**
41. Sobre a Receita Corrente Líquida, instituída e normatizada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:
- (A) As receitas de operações de crédito e de alienação de ativos são incorporadas na sua base de cálculo, porém estes recursos só podem ser utilizados na aquisição de bens.
  - (B) A sua divulgação ocorrerá mensalmente, acompanhando o relatório de gestão fiscal, possibilitando o acompanhamento de eventual queda de arrecadação e a adoção de imediatas medidas de contingenciamento das despesas.
  - (C) O seu demonstrativo de apuração deverá acompanhar a elaboração do relatório resumido de execução orçamentária, que deverá ser publicado em até 30 dias após o encerramento de cada bimestre.
  - (D) Para acompanhamento dos limites de gastos de pessoal, previdenciário e endividamento deverá ser apurada quadrimestralmente, levando-se em conta as receitas acumuladas até o último mês do quadri-estremestre de referência.
  - (E) A sua apuração será realizada trimestralmente visando o acompanhamento do cumprimento dos limites constitucionais definidos para os gastos com educação e saúde.
- 
42. Com relação aos limites de gastos de pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:
- (A) O limite estabelecido para a União corresponde a 60% da Receita Corrente Líquida. Na repartição deste limite, os gastos do poder judiciário não poderão extrapolar a 6% da RCL.
  - (B) Nas esferas federais e estaduais o percentual de gastos de pessoal definidos para o poder judiciário foi de 6%. Na apuração destes gastos não devem ser inseridos os gastos dos Tribunais de Contas.
  - (C) Na esfera municipal, a LRF estabeleceu o limite de 6% da RCL para os gastos de pessoal do poder judiciário municipal, incluindo-se nestes gastos as despesas previdenciárias.
  - (D) Nas esferas estaduais e municipais, os percentuais de gastos de pessoal definidos para o poder legislativo, foram de 3 e 6% da RCL, respectivamente, porém os Tribunais de Contas não estão inseridos nestes percentuais.
  - (E) Para verificação do cumprimento dos limites estabelecidos, os gastos de pessoal do poder judiciário serão apurados de forma consolidada, portanto, o limite de 3% definido não será repartido entre os seus órgãos.
- 
43. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar processados referem-se a despesas
- (A) não pagas, não liquidadas e não empenhadas.
  - (B) não pagas, liquidadas e não empenhadas.
  - (C) pagas indevidamente, não liquidadas, mas empenhadas.
  - (D) não pagas, não liquidadas, mas empenhadas.
  - (E) não pagas, liquidadas e empenhadas.
- 
44. A Comissão designada pelo ordenador de despesas não atestou o recebimento dos computadores adquiridos em procedimento licitatório, pois não estão de acordo com as especificações do edital; da análise das etapas de despesas pode-se afirmar que
- (A) ocorreu a fase de empenho, mas não a de liquidação.
  - (B) ocorreu a fase de pagamento, porém o mesmo deverá ser restituído ao órgão público.
  - (C) ocorreu a fase de lançamento de despesa, porém a de pagamento encontra-se pendente.
  - (D) ocorreu a fase de lançamento, mas trata-se de liquidação não processada.
  - (E) não ocorreu a fase de empenho.
- 
45. Sobre os princípios orçamentários, é correto afirmar:
- (A) O princípio da unidade refere-se à contemplação na lei orçamentária anual de todas as receitas e despesas de todos os poderes e órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
  - (B) O princípio da exclusividade refere-se à vedação da vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo as exceções previstas.
  - (C) Não conter dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa refere-se ao cumprimento do princípio da exclusividade.
  - (D) O princípio da legalidade refere-se à delimitação do exercício financeiro orçamentário, que de acordo com a Lei nº 4.320/1964 coincidirá com o ano civil.
  - (E) O princípio da universalidade refere-se à integração da Lei Orçamentária Anual (LOA) em um único documento legal dentro de cada esfera federativa.
- 
46. No decorrer da execução fiscal houve a alteração da lei orçamentária anual, devidamente aprovada pela Câmara Municipal. A modificação incorporou um dispositivo determinando que a primeira escola de ensino fundamental, concluída no exercício, deverá ser denominada "Escola Municipal Dr. João dos Santos", nome do atual prefeito. Da análise do cumprimento aos princípios orçamentários, é correto afirmar que
- (A) não houve descumprimento de qualquer princípio, pois houve a autorização e aprovação do poder legislativo.
  - (B) houve o descumprimento do princípio da anterioridade, pois a alteração foi realizada durante a execução do orçamento.
  - (C) houve o descumprimento do princípio da anualidade.
  - (D) houve o descumprimento do princípio da exclusividade.
  - (E) houve descumprimento do princípio da segregação e autonomia entre os poderes.



47. Com relação às alterações orçamentárias necessárias e imprescindíveis para a gestão pública, a transposição
- (A) pode ser realizada por decreto executivo sem a autorização legislativa, porém o remanejamento deve ter a prévia autorização legislativa.
  - (B) deve ter a prévia autorização legislativa, porém o remanejamento pode ser realizado por decreto executivo sem a autorização legislativa.
  - (C) e o remanejamento devem ter as suas prévias autorizações legislativas, porém a transferência pode ser realizada por decreto executivo sem a autorização legislativa.
  - (D) e o remanejamento, bem como a transferência, podem ser realizados por decreto executivo mesmo sem a autorização legislativa.
  - (E) e o remanejamento, bem como a transferência aberta por decreto executivo, devem ter a prévia autorização legislativa.

48. Segundo sua natureza, a classificação da receita pública é subdividida em seis níveis, que sequencialmente correspondem a
- (A) origem, categoria, rubrica, espécie, alínea e subalínea.
  - (B) rubrica, origem, categoria, espécie, alínea e subalínea.
  - (C) categoria, origem, espécie, rubrica, alínea e subalínea.
  - (D) espécie, origem, categoria, rubrica, alínea e subalínea.
  - (E) origem, espécie, categoria, rubrica, alínea e subalínea.

49. Sobre os créditos adicionais, é correto afirmar que
- (A) o superávit financeiro do exercício anterior pode ser considerado recurso para a abertura dos créditos suplementares e especiais.
  - (B) somente os especiais podem ser autorizados por decretos e abertos por lei.
  - (C) os especiais e os suplementares podem ser autorizados por decretos e abertos por lei.
  - (D) os extraordinários, obrigatoriamente, devem ser abertos por lei.
  - (E) somente os suplementares podem ser autorizados por decretos e abertos por lei.

**Noções de Administração de Recursos Humanos**

50. A evolução na Gestão de Pessoas passa por paradigmas sobre o RH. Segundo Boog (1999, p.10), o modelo de RH "Holístico" tem como característica:
- (A) a visão predominantemente interna à empresa.
  - (B) a qualidade de vida no trabalho.
  - (C) as carreiras especializadas / alta mobilidade vertical.
  - (D) o RH nível burocrático e operacional.
  - (E) o treinamento restrito às tarefas definidas na descrição do cargo.

51. Determinada instituição, em fase de diagnóstico organizacional, necessita melhorar a gestão do clima e da sua cultura organizacional. Sobre o assunto é correto afirmar:
- (A) A mudança de uma cultura resulta em mudança nas histórias e símbolos, sem alterar os conceitos básicos das pessoas a respeito do que é ou não um comportamento adequado na organização.
  - (B) O Ambiente Geral é composto pelas variáveis econômicas, socioculturais, tecnológicas, concorrentes, demográficas e legais.
  - (C) Entende-se por Cultura Organizacional o conjunto de percepções, conceitos e sentimentos que as pessoas compartilham a respeito da organização e que afetam, de maneira positiva ou negativa, a forma como as pessoas ou grupos se relacionam no ambiente de trabalho.
  - (D) No Ambiente Interno a gestão de pessoas torna-se ainda mais complexa quando considera os traços e valores culturais coexistentes aos traços e valores da burocracia estatal e os específicos àqueles de cada subcultura.
  - (E) Os gerentes que querem prevenir insatisfações devem manter as condições de trabalho em um nível apropriado, postula a Teoria da Realização, de David McClelland.

52. Há cinco níveis do processo de avaliação de Retorno do Investimento em Treinamentos. Aquele que gera análise do comportamento antes do processo de capacitação, é chamado de
- (A) aprendizado.
  - (B) retorno sobre o investimento.
  - (C) reação & ação planejada.
  - (D) mudanças de capturas de impacto.
  - (E) aplicação e implementação.

53. Os subsistemas de RH, chamados de processos de gestão de pessoas por Dutra(2002), são classificados em função da sua natureza e possuem as seguintes práticas:

	Práticas		Processos
A	Capacitação; desempenho	I	Movimentação
B	Captação, internalização, promoções	II	Desenvolvimento
C	Serviços e facilidades	III	Valorização

A correlação correta entre prática e o respectivo processo consta em

- (A) A-I; B-III; C-II.
- (B) A-II; B-I; C-III.
- (C) A-II; B-III; C-I.
- (D) A-I; B-II; C-III.
- (E) A-III; B-II; C-I.



<p>54. Sobre as variáveis componentes dos indicadores de uma área de Recursos Humanos, é correto afirmar:</p> <p>(A) A variável Quantidade retrata a produção total e a demanda atendida.</p> <p>(B) Os padrões de qualidade fazem parte da variável Quantidade.</p> <p>(C) Os prazos estabelecidos e o tempo por tarefa fazem parte da variável Custo.</p> <p>(D) A variável Qualidade trata da demanda atendida e da produção total do serviços.</p> <p>(E) O custo unitário e o custo total programado fazem parte da variável Quantidade.</p>	<p>58. O estoque, sob o ponto de vista financeiro, é um ativo e representa um dinheiro retido. A taxa de giro de estoque é ideal para</p> <p>(A) controlar o ponto de ressurgimento dos estoques.</p> <p>(B) entender se os estoques estão sendo utilizados com eficiência.</p> <p>(C) minimizar os custos com emissão de pedidos de compra ao fornecedor.</p> <p>(D) antecipar a demanda futura dos itens com maior potencial de consumo.</p> <p>(E) prever o tempo gasto com o manuseio dos estoques no armazém.</p>
<p>55. Os líderes podem compensar as limitações motivacionais e de capacitação de seus seguidores e agindo de acordo com a maturidade da equipe. Essa visão caracteriza o estilo de liderança denominado:</p> <p>(A) Traços da Personalidade.</p> <p>(B) Autocrática ou Autoritária.</p> <p>(C) Situacional.</p> <p>(D) Visionária.</p> <p>(E) Carismática.</p>	<p>59. Um componente específico para manutenção dos computadores é consumido na ordem de 20 unidades por mês. Foi identificado que este item impacta diretamente no nível do serviço prestado ao cliente, portanto, o administrador de recursos materiais determinou que seu estoque de segurança fosse o dobro do seu consumo mensal. Sabendo que o tempo de reposição deste item é de 30 dias, seu ponto de ressurgimento será de, em unidades,</p> <p>(A) 20.</p> <p>(B) 40.</p> <p>(C) 80.</p> <p>(D) 30.</p> <p>(E) 60.</p>
<p>56. O Tribunal de Justiça do Estado do Amapá possui Valores institucionais, estabelecidos no processo de Gestão Estratégica, e que conceitualmente representam</p> <p>(A) uma simples relação ou de forma mais elaborada, como crenças ou políticas organizacionais, e que informa as pessoas como devem reger os seus comportamentos na organização.</p> <p>(B) a finalidade última da instituição, consiste na definição dos seus fins estratégicos gerais.</p> <p>(C) normalmente, uma resposta que é formulada em função das análises internas e externas efetuadas e condicionada por essas análises.</p> <p>(D) a razão da existência de uma instituição pública.</p> <p>(E) resultados que a empresa pretende alcançar num determinado espaço de tempo.</p>	<p>60. Sobre os instrumentos do controle de patrimônio, considere:</p> <p>I. A Ficha Cadastral é o documento que identifica os bens por unidade dentro de um órgão, bem como o servidor responsável por prestar informações sobre o mesmo.</p> <p>II. A Etiqueta de Identificação é o instrumento que registra as características físicas, financeiras e de localização do bem patrimonial.</p> <p>III. Inventário é o documento que tem por finalidade identificar a existência física de todos os bens existentes no órgão com seus respectivos valores monetários.</p> <p>IV. O Termo de Movimentação é o documento que registra e controla os deslocamentos definitivos ou temporários dos bens entre as unidades administrativas de um órgão ou entre os órgãos.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I e II e III.</p>
<p><b>Noções de Administração de Recursos Materiais</b></p> <p>57. Refere-se à exclusão de um bem do acervo mobiliário do Estado e a consequência retirada do seu valor do ativo imobiliário:</p> <p>(A) Baixa.</p> <p>(B) Recolhimento.</p> <p>(C) Cessão.</p> <p>(D) Alienação.</p> <p>(E) Comodato.</p>	